

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUDA DE 14 DE ABRIL DE 2020

OBS: ESTA REUNIÃO FOI REALIZADA EM MEIO AO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020, E ACONTECEU REMOTAMENTE POR MEIO DA PLATAFORMA DIGITAL “MICROSOFT TEAMS”.

Pauta: Fechamento do Atende II

Início da Reunião: 14:15h

Conselheiros presentes:

1. Fundação Porta Aberta
Alcione Moreno - alcionem@uol.com.br
2. Secretaria de Governo Municipal
Bruno Valsani - bvalsani@prefeitura.sp.gov.br
3. Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
Elizete Aparecida Rossoni Miranda - elizete@patriciabezerra.com.br
4. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP
Rafael Gomes Mariano - rafael.mariano@crfsp.org.br
5. Centro de Convivência é de Lei
Maria Angélica Comis - angelica@edelei.org
6. Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas
Michel Willian de Castro Marques - michel.c.marques12@gmail.com
7. Secretaria Municipal de Cultura
Ana Cecília Lessa - aclessa@prefeitura.sp.gov.br - 99612-1165
8. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
9. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Décio Perroni Ribeiro Filho - dpfilho@prefeitura.sp.gov.br
10. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP/SP
Marcos Muniz de Souza - mmuniz.souza@gmail.com - 99823-2314
11. Conselho Regional de Terapia Ocupacional
Adriano Conrado Rodrigues - cidajordao@crefito3.org.br
12. Conselho Estadual de Drogas -
Vera Lucia Bagnollesi - vbagnolesi@sp.gov.br
13. Conselho Regional de Medicina de São Paulo - CREMESP

Tatiana Regina Criscuolo - tatianacriscuolo@cremesp.org.br

14. Instituto Sedes Sapientiae

Rubens Kushimizo Xavier - rubenskushimizo@hotmail.com

15. Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude

Soninha Francine - soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br

16. Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP

Cristiano Ávila Maronna - cmaronna@msm.adv.br

17. Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher

Paulo Ferreira da Silva - paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br

18. Secretaria Municipal de Saúde

Claudia Ruggiero Longhi - claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br

19. Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Nilson da Silva Rosa - nsrosa@prefeitura.sp.gov.br

20. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Rodrigo Ramos Pinto Medeiros - rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br

Conselheiros ausentes:

1. Secretaria Municipal de Educação

Marcia Helena Matsushita - mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br

2. Faculdades Anhanguera

Jaqueline Santos Viana - jaqueline.viana@anhanguera.com

3. Representante do Conselho Estadual de Drogas

Marta Elena Reis - martaelenareis@yahoo.com.br

4. Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS/SP

Patrícia Ferreira da Silva – patricia@cress-sp.org.br

5. Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas

Felipe Aureliano Martins - felipemartins_fsp@usp.br - 98169-9344

6. Associação de Apoio ao Projeto Quixote

Cecília Motta - cecimotta@uol.com.br

7. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer

Mateus Torres Penedo Naves - mtpnaves@prefeitura.sp.gov.br - 3396-6540

Outros Participantes:

1. Maria Isabel Meunier Ferraz - ouvinte, SMADS/GAB

2. Luciana Carvalho - Assessora Gabinete Vereadora Juliana Cardoso (participando a convite)

3. Silvana Maiéski Barradas Gabinete Vereadora Soninha Francine

4. Rafael Centurioni Vitorino
5. Giulia Patitucci - Coordenação de Políticas para Pessoas em Situação de Rua da SMDHC
6. Márcia Regina da Silva Cavalcanti

Início da discussão:

Décio inicia reunião citando a peculiaridade do momento vivido por conta da pandemia da COVID-19 e abrindo para que os participantes registrem suas presenças no chat (espaço à parte do vídeo). Em seguida, reiterou que a pauta da reunião é sobre o fechamento do Atende II e por conta disto havia convidado a Giulia, da coordenação de políticas para pessoas em situação de rua da SMDHC, além de Artur Guerra, para falar sobre a Redenção por meio da SMG. Propôs, então, que fosse iniciado um momento em que os responsáveis pelo Redenção, do poder executivo, falassem um pouco da atual situação do Atende II e em seguida os atores que representam a Sociedade Civil. Assim, depois deste panorama geral, poderia ser iniciado o momento de esclarecimentos, caso necessário. **Artur Guerra** inicia contextualizando que desde a Política Municipal de Drogas os equipamentos previstos para SIAT II eram o da Porto Seguro e o do Glicério, seguindo os moldes dos Hotéis Sociais, programa da antiga Gestão (De Braços Abertos), que se estabeleciam nas periferias em detrimento das áreas centrais. Junto a isto, acrescenta que é sabido que o Atende II tinha muitos problemas, dentre eles a limitação de trabalho dos parceiros da Prefeitura que atuavam no serviço por conta do tráfico de drogas, e este é um ponto que por mais que não tenha sido determinante na mudança para o Glicério, deve ser discutido e considerado por todos: a segurança dos trabalhadores. Pontua também que a transição de um equipamento para outro aconteceu de forma tranquila e harmoniosa, surpreendentemente, e esta foi a proposta do Governo para o processo de resolução da Cracolândia. **Décio** passa a palavra para a Isabel, da SMADS, para que ela possa completar a fala do Artur, trazendo as noções de como ficou o atendimento para as pessoas que usavam o serviço sem nenhum vínculo, usuários da região que não necessariamente faziam algum tratamento mas que faziam um uso eventual do serviço. **Isabel** concorda que havia, no Atende II, estas duas funções de acolhimento, de fato, mas que pelo que havia sido concebido pelo Redenção o atendimento ser dentro do fluxo é um fator que dificulta o trabalho com os conviventes. Neste sentido, explica que a alternativa foi transferir os conviventes acolhidos para o outros SIAT II, da Glicério, e ao mesmo tempo, manter uma teia de serviços sócio-assistenciais nas redondezas para receber esta demanda imediata por serviços de alimentação, higiene, entre outros. Conta que há um núcleo de convivência que comporta esses serviços na rua

General Couto de Magalhães, que os outros núcleos da região central tiveram aditamento de 200 refeições e que o aditou também com a parceria que executava o Atende II que fossem fornecidas 500 refeições a mais na região da cracolândia. No Núcleo Só do Padre, na Riachuelo, foram disponibilizadas roupas limpas para os que quiserem tomar banho e se trocar, além de uma rede de articulação que vem sendo feita pelos Direitos Humanos de instalação de pias e banheiros junto com as Subprefeituras e SPTuris. **Giulia** inicia sua fala para complementar as informações de Isabel e aproveita para fazer uma rápida contextualização sobre a atual situação do Comitê PopRua que continua se encontrando semanalmente e remotamente (videoconferências) em função da demanda da sociedade civil de se informar do que acontece com e para a população em situação de rua durante a pandemia. Diz que enquanto Direitos Humanos o trabalho que vem sendo realizado é o de monitorar a situação, por meio de acompanhamentos e sistematizações, e o de conversar com as Secretarias responsáveis pela execução das políticas. Neste panorama foram abertos centros emergenciais de acolhida para pessoas em situação de rua sem sintomas, a maioria em clubes municipais, e há um serviço da SMADS que é no Clube da Lapa, o Pelezão, que é um centro de acolhida específico para pessoas em situação de rua com sintomas. Há também um outro centro de acolhida emergencial que fica na Vila Mariana que, este sim, é direcionado para as pessoas em situação de rua que já possuem o diagnóstico de COVID-19. Os serviços que acolhem os usuários suspeitos e os

diagnosticados trabalham integralmente com a presença das equipes da Saúde. Ademais, a SMADS publicou algumas Portarias importantes de mudança na Rede Assistencial, como a transformação das vagas de 16 horas em vagas de 24 horas, o aumento de assistentes sociais nos serviços que antes era 1 para cada 75 pessoas e agora passa a ser 1 para cada 50, e o aumento de agentes operacionais. Este último é um fator que qualifica muito a rede e não será apenas para o período emergencial, irá perdurar. Por fim, além dos aditamentos que já foram citados, há também a abertura de outros dois novos núcleos de convivência que não são espaços para pernoite, apenas para passar o dia. Um deles já foi citado, na região da Luz, e o outro é no Cambuci que está provisoriamente no centro público de direitos humanos, na rua Oto de Alencar. Pelos Direitos Humanos, abrimos um edital para o Projeto Rede Cozinha Cidadã em que os Restaurantes se credenciam e os contratamos para produzir marmitas para a população em situação de rua. A Prefeitura paga até 10 reais por marmita e a logística de entrega fica por nossa conta para os principais pontos de concentração desta população de acordo com os dados do censo poprua e com a experiência das equipes de SMADS e Saúde. Não terão pontos de distribuição, a entrega será feita por meio de Vans que passarão pelos territórios em trajetos específicos. Com relação a instalação das pias que já é um projeto mais antigo aqui da SMDHC mas que saiu do papel agora no contexto da pandemia, foram implantados 11 pontos de pias públicas com água potável junto com as Subprefeituras que realizaram as obras, a maioria na região central: Praça da Sé, Largo São Francisco, Paissandú, Pátio do Colégio, Praça Princesa Isabel, Praça da Liberdade. Na semana que vem, serão implantadas mais 6 novas pias: Santana, Lapa, Pinheiros, Paulista, Vila Mariana e Santo Amaro. Além disso, há também o Projeto Ação Vidas no Centro que também é um projeto da Secretaria de Turismo em parceria com a SMADS de implantação de contêineres, mais especificamente 7 na região central, onde há acesso à banho e banheiro. Por ora já tivemos alguns retornos que nos passaram e, na estação São Francisco, por exemplo, já tiveram mais de 300 banhos. Giulia também se disponibilizou a enviar um documento com estas informações completas. **Isabel** retifica uma das informações passadas dizendo que, com relação aos aditamentos, alguns perduram independentemente da situação emergencial, mas que não é o caso dos agentes operacionais, como havia sido falado, e é o caso dos assistentes sociais e das vagas de 24h. **Décio**, então, passa a palavra para a Cláudia, da Saúde, para completar o panorama de ações antes da manifestação da Sociedade Civil. **Cláudia** explica que o Redenção na Rua continua da mesma forma, ele compõe o SIAT I junto com a SMADS tendo a equipe híbrida de abordagem. Há outras equipes também de abordagem na rua que continuam fazendo seus trabalhos, de maneira até mais intensificada e direcionada aos protocolos colocados pela COVID-19. Todo este trabalho é feito em articulação também com as equipes da atenção básica, as UBSs, uma vez que na SMS existe um área técnica de atenção básica e consultórios na rua que acompanham estas ações de forma alinhada à área técnica de saúde mental. Ademais, para o panorama do que vem acontecendo dentro do escopo do Redenção, o CAPS IV está saindo do forno e, para a semana do dia 17, está previsto o início de suas atividades. A equipe será a mesma que já trabalhava antes da reforma do prédio, porém será incrementada, já que a abordagem caminhará na lógica de ampliar e melhorar a qualidade da assistência a esta população. As ações do CAPS IV também estarão articuladas às do Consultório na Rua e SEAS IV com todos os recursos do território. Serão 20 leitos de acolhimento integral para que possa ser feito um trabalho de cuidado em saúde mental e clínica visando a sensibilização do indivíduo e eventual desintoxicação. Por fim, se manifestou repudiando as ações de violência que têm acontecido no território e frisou que todo o trabalho que a Saúde desenvolve é no sentido do cuidado às populações vulneráveis. **Décio** passa a palavra à Maria Angélica pedindo que ela siga o movimento proposto na reunião de ilustrar o que tem sido feito pela sua organização e demais ações da sociedade civil que, eventualmente, acompanha. **Maria Angélica** pontua, primeiramente, que a mudança dos usuários do Atende II para o SIAT II do Glicério foi feita de forma não violenta e que isto é muito positivo, mesmo tendo ocorrido, no dia anterior, uma ação da GCM no Glicério que retirou pertences das pessoas em situação de rua. Em seguida adentra nas ações do É de Lei. Foi formado um grupo com vários coletivos que atuam na região da Cracolândia que tem articulado ações em conjunto. No dia 21 de março foi feita a primeira que tinha como objetivo informar as pessoas do que estava acontecendo, distribuir materiais informativos de prevenção, e kits de higiene com sabonetes,

álcool em gel, escova de dente e, para mulheres, absorvente, lenço de papel, entre outros. Neste dia, ficou evidente a ausência de informações a que a população em situação de rua tinha acesso. Além disso, por meio de uma doação ao grupo de organizações, foi feita a distribuição de água e marmitas, inclusive com a ajuda do coletivo Tem Sentimento da Carmen que está produzindo essas marmitas e também máscaras de proteção. Foi feita uma parceria com a Rede Quarentena, voltada ao aspecto comercial, para fazer projeções durante todo o mês em fachadas de prédios na região da Funarte, do Minhocão, com o material de prevenção do É de Lei. Houve também uma projeção de laser na rua São João para sensibilizar as pessoas da situação das pessoas em situação de rua e um veículo cedido pela Volvo para que as ações de campo pudessem ser retomadas, já que a Kombi do É de Lei quebrou. Estas ações de campo serão feitas com um grupo de 11 pessoas redutoras de danos nas diferentes cenas de uso de São Paulo, não só na Cracolândia, uma vez que nos territórios não-centrais chega menos informação ainda em relação à prevenção da COVID-19, e serão distribuídos kits de higiene, além de oficinas de lavagem de mãos. **Michel** continua a fala que contextualiza as ações da sociedade civil dizendo que a PBPD apoia as atividades de campo que estão sendo promovidas pelos coletivos, principalmente pelo É de Lei. Diz, também, que esta questão trazida pela Maria Angélica sobre a informação que chega para as pessoas em situação de rua e também para quem está privado de liberdade, por exemplo os presos, é muito importante. No momento, a PBPD vem desenvolvendo uma campanha que discorre sobre a liberdade como uma questão de saúde, trazendo a perspectiva da COVID-19 no sistema carcerário. **Cristiano** aproveita para aprofundar a fala de Michel e elucida o trabalho da campanha Liberdade é questão de Saúde Pública. Conta que isso teve início a partir da referência de vários órgãos internacionais, como o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes, Organização Mundial de Saúde, Alto Comissariado da ONU, de que as prisões são potenciais focos de transmissão da doença por conta da impossibilidade de medidas preventivas, como o isolamento social. Além disso, doenças como diabetes e tuberculose, que tem um modo de transmissão muito parecido com o coronavírus, têm uma incidência quase 30 vezes maior nas prisões do que fora. É com base nesses argumentos e com base na recomendação nº62 do CNJ que orienta juízes e tribunais a evitar novas prisões, a não ser em casos muito excepcionais, sejam elas prisões cautelares ou prisões pena, e a rever prisões já decretadas para colocar em liberdade o máximo de pessoas possíveis a partir de critérios como grupos de risco e crimes praticados sem violência ou grave ameaça, como é o caso do tráfico e drogas que hoje atinge uma porcentagem de 40% em relação ao total de 850 mil presos no Brasil, que sustentamos a campanha. É dentro desta necessidade causada pela emergência sanitária, pelo fato de as prisões brasileiras serem, de acordo com o próprio STF, um estado inconstitucional onde a violação de direitos é sistemática, onde há superlotação, que a campanha tem por objetivo encorajar uma política de desencarceramento para evitar que nossas prisões se transformem em local de morte em massa. Diversos países como Indonésia, Irã e até EUA que ainda estava analisando a situação de Nova Iorque, adotaram esta mesma postura de desencarcerar. **Décio**, então, passa a palavra para **Adriano** que irá falar das ações do CREFITO 3 no contexto da Pandemia. Segundo ele, estão desenvolvendo um trabalho de fiscalização junto aos hospitais, uma vez que 20% dos fisioterapeutas atuam em UTIs e os demais atuam com terapia ocupacional na retaguarda dentro dos hospitais, na atenção básica e até no contato direto com a população em situação de rua. Com relação especificamente à população da Cracolândia, há dois pontos que devem ser considerados e debatidos aqui no Conselho: ações propostas pelo Município de manejo da população não pode envolver aglomeração e a dissipação da triagem especializada de novos casos e de pessoas com sintomas em decorrência da retirada do equipamento do fluxo. **Décio** segue a lista de inscrições e passa a palavra para o **Rafael**, do Conselho Participativo da Sé. Ele conta que sua questão é referente à instalação do SIAT II, do Glicério, que foi instalado ao lado de uma praça pública que era utilizada por toda a população do território, inclusive idosos e crianças. Segundo ele, com a chegada dos acolhidos pelo serviço, pessoas que fazem uso problemático de drogas, começou a acontecer uma degradação do espaço e, por consequência, a saída das pessoas do território que, até então, frequentavam cotidianamente a praça. Neste sentido, questiona o motivo da mudança do equipamento para aquela região e o fato de ter sido feita com verbas da saúde para um serviço de assistência social. **Décio** segue a lista e passa a palavra para **Maria Angélica** que

complementa a fala de Adriano. Ela diz que, há algum tempo, vem articulando com os médicos sem fronteiras para que a triagem da covid-19, na Cracolândia, seja feita. Por conta da mudança do Atende II, as triagens só foram feitas na Padre Julio e seguirão para o Glicério e Porto Seguro para, então, chegar na cracolândia. Questiona, por fim, se já estão abertas vagas para a população do Glicério no SIAT II da região, já que lá é uma região onde o É de Lei atua e que existe uma grande demanda por serviços para a população que faz uso problemático de drogas. Junto a isto, pergunta sobre a ampliação da abordagem, se já foi feita em algum outro território além da Cracolândia, como o complexo Bandeirantes na Vila Leopoldina. Questiona, também, sobre o caminhão pipa da Sabesp que leva água para a população em situação de rua na região central, se foi feita a articulação com a GCM para que o caminhão não atrapalhe a limpeza que acontece algumas vezes por dia na cracolândia e vice-versa. Por último, pergunta se já existe alguma evidência científica sobre o uso de banheiro químico versus o uso de banheiro privado no contexto da pandemia. **Michel**, com a palavra, questiona acerca da última reunião do Núcleo Técnico que traria as respostas sobre como foi o planejamento para a mudança do Atende II, no fluxo, para o SIAT II, no Glicério. Além disso, indaga a respeito da decisão judicial que visa restabelecer as atividades no Atende II que não aconteceu até o momento e como estão sendo feitos os aditamentos para a distribuição de marmitas que a Giulia colocou. Por fim, pede para que a Assistência repasse ao Conselho os dados sobre estes aditamentos. Junto a isto, pergunta sobre a quantidade de pessoas que foram transferidas de um serviço para o outro e quantas destas são do território central e quantas são, de fato, do território do Glicério e região. Acrescenta, também, o questionamento acerca das estratégias da saúde, assistência, trabalho e direitos humanos para o enfrentamento da covid-19 não só para a cracolândia como para o Município como um todo.

Décio comenta que, efetivamente, Michel colocou diversas questões. Diz que Giulia está com o tempo limitado e gostaria de se pronunciar.

Giulia se desculpa por precisar sair antes e diz à Décio que, se houver algum encaminhamento para Direitos Humanos ou qualquer necessidade de esclarecimentos, ela responderá posteriormente. As respostas poderão ser compartilhadas com todos.

Refere-se à colocação feita por Angélica sobre a falta de sabonetes nas pias e diz que conseguiu uma parceria com a Cruz Vermelha. Quatrocentos mil kits foram distribuídos pelo CEAS da Sé, região central caracterizada por sua rotatividade. A ideia é, com a ação Cidade Solidária, conseguir mais kits de higiene e continuar a distribuição via CEAS. Diz que, caso surjam mais perguntas, as mesmas podem ser enviadas para ela e que serão posteriormente respondidas.

Décio observa que foram colocadas diversas questões pelos conselheiros: de natureza financeira, técnica, quantitativa. A seguir, outras pessoas pedem a palavra.

Arthur Guerra considera uma satisfação para o programa Redenção receber perguntas tão pertinentes que levam a repensar várias estratégias que têm sido utilizadas. Há problemas sérios, crônicos, problemas difíceis, sem que possam ser oferecidas respostas milagrosas. A identificação de qualquer implantação de equipamento pela prefeitura - uma escola, um pronto socorro, um CAPS IV, uma UPAS, um SIAT, é sempre difícil. Implica identificar a demanda que o local tem, se a prefeitura tem o terreno, se ela tem que alugar ou tem que comprar (isso em um mundo onde a limitação financeira é complicada) e, especialmente, determinar quais são os outros equipamentos existentes no entorno do equipamento lançado. Não é uma equação fácil. A primeira dificuldade aconteceu na implantação do SIAT II na Porto Seguro ou, como preferem alguns, Armênia. Houve uma resistência muito grande, especialmente depois de atravessar a ponte, depois de atravessar o rio na zona norte - o SIAT II se situa na região central. O pessoal da zona norte ficou muito chateado, não gostaram, achando que era um desmerecimento em relação à região deles. Foram apresentados contra argumentamos, os

moradores entenderam o problema de drogas e, mais ainda, o problema de uso de drogas por pessoas de alta vulnerabilidade.

Arthur Guerra ressalta que “nós não temos uma Cracolândia em São Paulo, temos várias mini Cracolândias”. O uso de drogas não está ligado a uma região só, ele está distribuído de forma equitativa entre as seis macro regiões que nós temos. Quanto mais cedo abordar a região, melhor será para as pessoas que vivem nela. Haverá um equipamento mais maduro, mais sólido para enfrentar essa situação forte do uso de drogas. Explícita, em seguida, a escolha do SIAT II no Glicério. “Nós identificamos uma demanda muito importante, como Rafael já falou antes, que é o uso de drogas na região do Glicério. Como nós podemos trabalhar com isso?” Vários outros elementos contribuíram para a escolha. A Prefeitura possui um terreno (não é a praça toda que está sendo usada, mas 58% ou 60% dela). Tinha ou tem um licenciamento de 2,4 quilômetros entre a cena de uso até o Glicério. Existe uma coleta de lixo reciclado, onde as pessoas precisam de alguma forma de suas autonomias. Na região do Glicério tem outros equipamentos como UPA, UBS, que podem ajudar em termos de uma atenção maior, especialmente na área da saúde.

Arthur Guerra esclarece que “Nós não vamos parar no SIAT II do Glicério. Dando certo, nós vamos ter que expandir isso para outras regiões de São Paulo. Nós não vamos falar dos métodos porque isso está sendo discutindo ainda, mas nós vamos ter que expandir”. Em relação aos acontecimentos do dia seis, afirmou: “O que aconteceu no dia 6? Nós oferecemos obviamente, senhores e senhoras, de forma totalmente voluntária, que saíssem do fluxo e fossem nos ônibus que nós oferecemos para o SIAT II. A capacidade no SIAT II é de 200 pessoas, 160 pessoas foram levadas nos ônibus pois a ação deveria contemplar também as pessoas que já estavam lá. Houve surpresa ao ver que 53 pessoas foram a pé. Fizeram 2,4 ou 2,5 quilômetros à pé. Chegando no local, tinha 213 pessoas. Mais do que era esperado como capacidade total. As pessoas ficaram felizes, acharam bacana o espaço. Evidentemente, como se pode imaginar, alguns olharam e quiseram voltar para o fluxo, por razões próprias, o que é normal. Nós não temos uma posição fechada em relação a isso”. Finaliza sua fala solicitando a Claudia e Júlia que se coloquem para conciliar essas informações com a saúde e a assistência social.

Claudia toma a palavra complementando as colocações de **Arthur Guerra** em relação ao SIAT II. Afirma não ser possível esquecer que a clínica, o condicionamento do dependente químico é muito fugaz, provisória. Ela é definitiva naquele momento, mas a dificuldade da concentração daquela decisão também é uma questão. Isso gera uma flutuação de população. Diz ter sido uma surpresa ver que muitos foram a pé. Os 160 estavam no Atende II, mas os outros que foram, eram da Cracolândia. Vendo o movimento e vendo que seria oferecido algo diferente, foram a pé mesmo. “A nossa intenção era e continua sendo dar suporte à população do entorno que a gente conhece como potencial público do Redenção. Um público de alta vulnerabilidade social com dependência química. O entorno do Glicério não passa pela minha secretaria, passa pela Secretaria de Governo, assim como as questões orçamentárias são vistas com a Secretaria de Governo”. Prossegue afirmando que O SIAT II é um equipamento prioritariamente da assistência social, ele é híbrido, entre e assistência e a saúde. Trata-se de um serviço que conta com duas secretarias funcionando juntas. Inclusive no anexo do SIAT II, à semelhança do que acontece no SIAT II da Porto Seguro, há um equipamento de saúde acoplado para os cuidados desses conviventes do SIAT II. Há uma equipe para os cuidados dessa população. Trata-se de um serviço de saúde e se ele for procurado por uma outra população do entorno, a equipe vai receber, vai acolher. Mas a equipe foi pensada para o atendimento daquela população do SIAT II.

Há, a menos de 200 metros de distância, uma AMA 24 horas, uma UOM (Unidade Odontológica Móvel) que fica dentro do estacionamento do 24 horas, e o CER (Centro Especializado de Reabilitação), uma UBS, o CAPS AD, o CAPS III. Logo há no entorno uma

condição de cuidados, qualificando o cuidado daquelas pessoas. Então, levá-los para um lugar melhor. Havia algumas questões ali naquela região central sobre a violência, tráfico de drogas, é preciso também olhar para isso, não podemos negar que isso existe. A ideia é que se possa de fato qualificar o cuidado, garantir o acesso para eles – ficamos sabendo que 53 foram a pé até lá em busca desse cuidado.

Com relação à pergunta específica, são banheiros públicos e banheiros normais, com risco maior de contaminação. **Cláudia** afirma desconhecer algum estudo mais apurado a respeito disso, mas “O combate ao coronavírus se dá com desinfecção, com limpeza, com água e sabão, desinfetante”. Isso garantido, tem-se um lugar seguro, não havendo diferença em oferecer um banheiro tradicional. A desinfecção precisa ser pensada com muito maior cuidado.

Com relação à dificuldade de implantação de serviços e à dificuldade de pensar onde e como implementar os serviços, existe dentro da estrutura da Secretaria de Saúde, coordenadorias de saúde que estudam e conhecem melhor o território, que discutem. Por exemplo, na questão do SIAT II do Glicério, no SIAT II da Porto Seguro houve a composição de uma equipe semelhante a uma AMA, o que leva a pensar também nas urgências clínicas ali próximas, porque ali não tem nenhum equipamento de saúde. No SIAT Glicério, como existe uma AMA, a equipe tem uma outra configuração porque não adianta fazer a cada 200 metros uma AMA, não faz sentido, então essa AMA tem uma equipe mais voltada para a saúde mental. Tudo isso é sempre tecnicamente muito ponderado, muito discutido feito de maneira cuidadosa. Todas essas instituições que a gente está falando, têm parceria com o conselho gestor, todo equipamento de saúde tem conselho gestor, tem participação nas decisões.

Isabel concorda com Claudia sobre os bons frutos da parceria da Saúde com a SMADS. Coloca algumas questões. “O pessoal do Glicério está sendo atendido?” No dia da transferência, cerca de 160 pessoas foram transferidas nos ônibus e nas vans, algumas pessoas se deslocaram a pé. A contagem de pessoas foi um pouco complicada, apresentando muita variação. Ainda assim houve um fechamento com contagem de 178 pessoas no equipamento. Foram encaminhadas pessoas à partir dos CEAS. “Nesses últimos dias estamos com esse número de vagas, que vêm sido preenchidas pelo CEAS tanto da região do Glicério, quanto da região da Luz. Sabe-se no entanto que é um número reduzido em relação ao total de vagas”. Em seguida, **Isabel** expõe a experiência no SIAT II, na Armênia. Houve um primeiro momento da transferência, e posteriormente uma análise dos conviventes. Isto para verificar se todos têm o perfil de uso de substâncias psicoativas ou se podem ir para uma república. A análise mais detalhada é feita para melhor disponibilização das vagas existentes para encaminhamentos por parte do CEAS.

Isabel comunica que no dia seguinte haverá uma reunião para acompanhamento dos casos do Glicério, isso será muito importante para se ter uma visão mais apurada da conjuntura. Lembra que a transferência foi feita há menos de uma semana.

Quanto ao bebedouro da Sabesp, afirma que a Secretaria de Governo está comunicando com a Sabesp. Em relação aos sabonetes, a questão foi abordada por Giulia. Há a distribuição de kits de higiene pelos CEAS da região, e sabe-se da importância em aumentar os números. Estão sendo feitas tentativas de parcerias, tentando-se articular para que sejam obtidas.

A distribuição da alimentação na Cracolândia tem sido feita com o apoio do CEAS IV da região em conjunto com algumas organizações da sociedade civil. Quanto ao fechamento do Atende, está sendo respondida a liminar que foi colocada, está no jurídico. Mas, há o seguinte ponto operacional: a OSQ que está no SIAT II é a mesma que implementava o Atende II na região da Cracolândia, seria necessário um novo chamamento público. Como são os mesmos conviventes optou-se por manter a mesma equipe de profissionais, pois a mesma tinha maior vínculo com as pessoas. A situação dos contêineres do Atende II sendo bem crítica, optou-se por novos

contêineres, todos os móveis e imobiliários são novos no SIAT II. Foi feita uma análise da situação e optou-se por novos contêineres, pois não havia uma boa condição de estrutura. Estas duas questões operacionais, antes de serem resolvidas, devem aguardar a resposta judicial.

Bruno toma a palavra após a fala de **Isabel** dizendo que está em contato com Gabrielle da equipe de governo para saber que parecer poderá ser dado em relação à questão da Sabesp. Diz que passará ao grupo as informações recebidas junto à este órgão. Menciona a importância do caminhão e a importância de conseguir utilizá-lo.

Arthur Guerra e **Claudia** anunciam sua saída da reunião. **Décio** pergunta se há dados ou informações sobre a contaminação pelo coronavírus. Reitera sobre a importância de se pensar em termos éticos sobre a atenção e os cuidados dispensados à população que já vive em meio à violência. Fala sobre a abordagem agressiva feita contra pessoas que desrespeitam o isolamento.

Bruno esclarece que a parceria com a Sabesp não estava no planejamento, mas devido a demanda forte por água na região, ela foi viabilizada. Não se trata de uma política pública, de algo constante, perene. Trata-se de uma solução paliativa. Por não ter sido parte do planejamento, não ter sido estruturada, ficaram alguns “gargalos”. Essa contribuição é feita por motoristas e transportadoras que enfrentam um momento diferente devido a pandemia. Eles não estão com uma equipe dedicada a esta ação. Estão deixando o caminhão no território e não estão alterando a localização do caminhão durante o dia. A GCM faz a cobertura para a ação de limpeza do território, talvez haja então uma sobreposição. Propõe aprimorar a oferta do serviço, a localização do caminhão e a sobreposição com a GCM. A ideia é viabilizar a oferta de água durante todo o período que o caminhão estiver no território. O caminhão é disponibilizado de 8h da manhã até às 17h da tarde. Não são apenas quatro horas, mas todo esse período.

Angélica coloca que talvez não seja necessário trocar o local do caminhão. Conversar com a guarda civil para criar uma rotatividade na distribuição de água, que uma possível restrição não deixe de garantir a distribuição. Muitos equipamentos estão com equipes menores mas é importante sensibilizar a guarda. Não subutilizar a água do caminhão.

Décio diz que ouviu todas as ações e está conhecendo algumas com mais detalhes graças à reunião. Há quase um mês ele vive o isolamento social, porém plugado o máximo que é possível e acompanhando a questão da epidemia. Expressa sua grande preocupação ressaltando que tudo indica um grande alastramento nas próximas semanas no Brasil. Falando exclusivamente de São Paulo, a situação é muito preocupante e, nas cenas de uso na rua, deve-se intensificar os protocolos de prevenção ao contágio. Muitas vezes as ações acontecem e há aglomerações. Fala sobre a importância de radicalizar os protocolos de contágio porque, segundo sua percepção, pelas análises que foram elaboradas por epidemiologistas muito sérios, haverá uma base de contaminação super alastrada nas próximas semanas. É importantíssimo pensar nisso, no foco que nos cabe. Adentrar muito radicalmente para os protocolos para evitar a contaminação. Finaliza sua exposição perguntando ao grupo se deseja colocar mais questões.

Adriano contribui com a fala de Décio. Há uma situação de aglomeração nas ruas que se opõe totalmente à qualquer protocolo, causar mais aglomeração significa corroborar com a disseminação da doença. **Adriano** precisa que o grupo colabore na formulação de uma recomendação à Secretaria Municipal pois é necessário que as ações sejam planejadas. Coloca como exemplo, a transferência dos 170 usuários ou moradores de rua de um equipamento para o outro, ressaltando a necessidade de programação considerando a questão da biossegurança. Pode haver nesse momento uma disseminação em decorrência de maneira como os fatos se apresentam hoje. Colaborar com uma aglomeração por conta da necessidade de transitar de um equipamento para o outro, e fazer isso com competência, é compreensível. As coisas precisam

ser planejadas, é fundamental não haver mais aglomerações do que as que já existem hoje nas cenas de uso.

Décio diz que na transferência do Atende II houve um planejamento. Os ônibus teriam ocupação, um banco sim, um banco não. Havia um esquema. Na hora da transferência isso não aconteceu. É muito mais preocupante o dado real do que aconteceu, do que o que havia sido planejado. As pessoas estão planejando. Na hora da execução a realidade é outra.

Adriano lembra que se trata de uma pandemia. Assinala a possibilidade de uma transferência cuidadosa, por exemplo, um grupo a cada duas horas. Faltou uma estratégia muito grande na transição de um equipamento para outro em relação ao que foi proposto. Existe a necessidade de ação e existe a responsabilidade. Numa pandemia, colaborar para que haja aglomeração como foi visto, com ônibus lotados, não se justifica. É preciso recomendar que, de forma alguma, as ações correspondam ou corroborem com aglomeração de pessoas. Uma vez que as aglomerações já acontecem nas cenas de uso, permitir que essas questões se perpetuem durante a pandemia, é muito grave. “Esse conselho tem a responsabilidade de nortear isso, para que situações como aquelas não ocorram mais. Isso é controle social”. “Isso é o básico do básico, é a biossegurança”.

Isabel assinala que não houve um planejamento dissociado da ação. Em um certo momento, a ação saiu do controle. Isto ocorreu no momento das formações das filas, os conviventes se mostraram muito ansiosos para subir nos ônibus. O protocolo, para além desse momento, foi seguido. A Secretaria de Governo fez um acordo com a SPTRANS e foram disponibilizados dois ônibus com 44 lugares que não podiam e não saíram com o embargo de passageiros com a lotação máxima permitida. Para além disso, tínhamos dez vans do CEAS, cada uma delas normalmente com capacidade para doze pessoas. Elas saíram com quatro pessoas. Todos os passageiros, assim como todos os profissionais envolvidos estavam com máscaras. Houve efetivamente uma veiculação de imagens no momento de formação das filas. Mas o relato dos acompanhamentos dos ônibus é que os procedimentos desenhados pela Secretaria de Saúde foram seguidos. **Isabel** comunica ainda que no dia seguinte a transferência houve campanha de vacinação no SIAT II e todos os conviventes foram vacinados contra o H1N1.

Décio diz que, o protocolo de recomendação é sempre fundamental. Isso pode atenuar um pouco o alastramento do contágio, para qualquer situação, não apenas a que está colocada em questão.

Bruno pede para salientar as informações dadas por Isabel. Houve planejamento logístico, diversas medidas foram previstas para evitar a aglomeração, porém aconteceram algumas intercorrências no meio do caminho ligadas a complexidade da operação. O planejamento no entanto, comportou o que foi estabelecido.

Décio recomenda fortemente que as pessoas não saiam de casa. Isso é mais fácil para quem pode trabalhar em casa, quem tem emprego. Na comunidade de Paraisópolis há uma luta para se manter vivo. Existe uma auto-organização bastante interessante que está atenuando muito a falta de renda. Muitas pessoas ganham por dia, com subempregos. Elas estão tendo a renda diária cortada. **Décio** ressalta que estamos vivendo uma situação bastante difícil, bastante complexa e, no foco que cabe ao grupo do COMUDA, toda recomendação é importante. De fato, o grupo ampliado, uma pequena multidão, é difícil de trabalhar. É preciso ter uma atenção redobrada em relação a isso.

Angélica faz uma colocação sobre o Largo de São Francisco onde há uma distribuição de alimentação, banheiros, torneiras. No horário do almoço talvez o CEAS da região pudesse organizar a fila para que as pessoas não se aglomerassem. Observou-se que as aglomerações estão grandes porque as pessoas buscam alimentos. Tentar algo criativo, que não exija uma aproximação com as pessoas. Usar de criatividade e flexibilidade nas abordagens. **Angélica**

ressalta que seu grupo faz ação de campo e está com muita dificuldade de conseguir as máscaras epi. A logística prevê para cada ação uma duração máxima de duas horas e um revezamento dos redutores que estão agindo junto à população. Há uma alternância das equipes, que entram em quarentena de quatorze dias, assim como a participação de vários coletivos. Almeja-se garantir que nas ações voltadas para a prevenção não haja aglomeração.

Ana Cecília comunica que a Secretaria de Cultura está trabalhando com alguns cenários, mas que não há previsão de atividades antes de agosto ou setembro. Este prazo fornece dados para pensar nas aglomerações na cidade ao longo do tempo. Se há uma retomada geral antes disso, a cultura também consegue retomar suas atividades, embora se trabalhe com o cenário mais extremo. Na Secretaria de Cultura a questão do público é bastante central. **Ana Cecília** trabalha na área de comunicação que se orienta pelas boas práticas de lidar com o público. Pensa que o conselho pode considerar estas práticas nas discussões que são feitas em suas reuniões. A área de comunicação segue as experiências que estão acontecendo - e que servem para outros grupos e para outras pessoas. As experiências ajudam. As orientações das falas colocadas no grupo poderiam ser reunidas em boas práticas nesse momento extremo. “Muitas coisas que eram feitas podem significar risco de contaminação. Eu acho que isto é uma ação que está aqui, no conhecimento desse grupo, e eu acho que esse conselho poderia fazer”. “O que são as recomendações para essas atividades junto à essa população do fluxo, até para que outros grupos, de outras cidades, de outros lugares, possam se espelhar?”. Muita coisa importante, muita sugestão foi feita pelo grupo do conselho na reunião. **Ana Cecília** esclarece que se trata-se de uma sugestão de encaminhamento.

Décio afirma que o que foi colocado e diz respeito a uma secretaria de estado, é muito interessante. Não se pensa em eventos que envolvam a população junta antes de setembro. O próprio prefeito deu uma entrevista há poucos dias atrás falando dessa situação de emergência como um tempo indeterminado indo pelo menos até o final do primeiro semestre. Até junho ou julho o quadro tende a se avolumar. **Décio** reitera que a questão dos contágios, dos aglomerados, e as falas que foram colocadas na reunião, podem originar algumas recomendações com a realização de um texto e a publicação, pelo menos, no site da Secretaria de Direitos Humanos. Recomendações para ações nas cenas de uso. O foco do COMUDA é nessas cenas de uso. Há a questão da alternância das equipes das organizações sociais, da importância da insistência na “não aglomeração”, do afastamento mínimo entre as pessoas durante as ações.

Ana Cecília fala que essas recomendações já existem. Diz que trabalha com as recomendações dos coletivos culturais, que são muito dinâmicos, sempre preocupados em se atualizar incorporando novas recomendações. Assinala que talvez o COMUDA tenha o papel de ficar atento e ver novas recomendações ou experiências interessantes, ter uma dinâmica do que pode ser comunicado em relação às boas práticas.

Adriano se refere aos países que já passaram por um pico mais elevado para falar da importância da limpeza urbana e da desinfecção da cidade. Esse é um ponto principal. A limpeza, a desinfecção com um produto na cidade, é sempre algo que é feito por último, quando já houve agravação do problema. Sugere que seja feita uma recomendação para que isso seja antecipado, para que isso já comece a ser feito, para que não se atinja esse pico doloroso.

Décio ressalta que estas recomendações já são feitas pelos epidemiologistas. Afirma que vale a pena como conselho, repetir as recomendações em relação às aglomerações, no entanto, não há uma técnica para fazer isso, não é fácil fazer isso. A recomendação, sem dúvida, já está sendo dada pela prefeitura, pelo estado, pelos órgãos. **Décio** sugere uma recomendação para reiterar os cuidados com aglomerações, assim como uma forma de controlá-las, por exemplo, no momento de distribuição de quentinhas. Certamente os coletivos tomaram medidas, mas há dificuldade de

se manter uma disciplina. “Como manter uma fila de um metro ou dois entre uma pessoa e outra?”. É difícil, não existe essa disciplina, entretanto, podemos pensar em uma reiteração dos cuidados com a aglomeração. É importante que dentro da ação praticada, a aglomeração seja evitada. **Adriano** completa a fala de **Décio** sugerindo a realização de multi-horários para a janta.

Isabel agradece a todos e diz que vai conversar com os responsáveis sobre as refeições no Chá do Padre. Pontua a importância dos espaços onde se recebe sugestões. As pessoas do poder público dentro de uma situação como a que estamos vivendo não têm todas as respostas. A situação é muito nova e as pessoas estão se debatendo para dar uma resposta, dar o máximo de contribuições que for possível. **Isabel** diz ainda que gostou muito da maneira como a reunião foi conduzida e achou muito interessante as projeções que estão sendo feitas no fluxo.

Alcione comunica que a Fundação Porta Aberta está com o trabalho bem restrito porque trabalha com os meninos. Têm sido feitas quentinhas para o Atende e para os locais onde se encontram os beneficiários. Há também a confecção de máscaras nas oficinas de costura feita por voluntários e a tendência é ampliar um pouco esse trabalho.

Elizete pede para falar sobre as notas técnicas da vigilância sanitária. Acredita que elas deveriam ser divulgadas mais facilmente. As notas técnicas descrevem todos os protocolos de orientação para a prevenção de ambulante e catadores, de empresas que fazem delivery, de condomínios. São notas distintas para cada tipo de público, bastante detalhadas, que o conselho deveria tomar conhecimento e ajudar na divulgação. **Elizete** se propõe a passar as notas aos conselheiros. Afirma que não se está partindo do zero. Aqueles que têm expertise nisso já o fizeram, o conselho poderia sugerir para ir além daquilo. **Elizete** enviará as recomendações no e-mail do COMUDA

Décio concorda com a importância das notas e elogia as observações que foram feitas. Considera possível ajustar pontos comuns e fortalecê-los. Assinala a importância do isolamento. Percebe que a reunião virtual transcorreu muito bem. “A reunião é virtual mas é também concreta ao mesmo tempo”. Anuncia que a próxima reunião terá o mesmo molde. Outras pessoas poderão ser convidadas para a reunião, assim como convites podem ser feitos para que pessoas do fluxo participem. O início do encontro estará aberto para pessoas que queiram fazer um depoimento, para vivências de pessoas que estão nas ruas nas cenas de uso

Décio lembra que dois grupos de trabalho (GTs) estão em andamento. Um grupo de trabalho sobre a sétima conferência (um e-mail será enviado para as pessoas do grupo) e outro grupo sobre a comissão temática eleita para tratar da proposta de reforma de regimento interno do COMUDA, juntamente com uma análise de legislação municipal que trata das políticas de drogas. Considera que as reuniões dos GTs poderão ter o mesmo formato da reunião do COMUDA (virtual) e pede que as pessoas se manifestem. Se todos concordarem, as reuniões continuarão com o formato virtual. Anuncia que organizará as próximas reuniões desses grupos para que o trabalho tenha continuidade. O conselheiro Paulo é convidado a integrar o grupo sobre legislação e regimento interno. O convite é estendido à outras pessoas. Bruno também integrará o grupo.

Ledilene do Instituto Sedes Sapientiae lembra que os atendimentos do Instituto continuam online. Em breve serão anunciados grupos de escuta terapêutica online para novos usuários.

Décio ressalta a importância do serviço do Sedes.

Décio agradece a participação de todos e encerra a reunião.

O próximo encontro acontecerá na primeira semana de maio e será virtual.